

# A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA PÚBLICA DOS REFUGIADOS DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA

Dulce Simões

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
da Universidade Nova de Lisboa

Nas últimas décadas confluíram no espaço público múltiplas memórias da guerra civil espanhola, em publicações, exposições, artigos de imprensa e filmes divulgados nos meios de comunicação social. A incessante reconstrução e silenciamento a que foram submetidas, por parte de instituições do Estado e grupos sociopolíticos, comprova a persistência de um *passado que não passa* no campo da memória colectiva e da sua inscrição na memória pública das sociedades ibéricas. O processo de seleção e reinterpretação destas memórias obedeceu a contextos histórico-sociais, a sensibilidades políticas, a interrogações éticas e a perspectivas de investigadores comprometidos com a análise de passados silenciados. Na década de 1980 encontramos os primeiros estudos críticos sobre o envolvimento português no conflito espanhol e as primeiras referências ao drama dos refugiados republicanos em Portugal.<sup>1</sup> Na historiografia portuguesa César Oliveira detetava a ausência de memórias e testemunhos daqueles que em Espanha ou em Portugal viveram de perto os acontecimentos. Lacuna que seria preenchida a partir de finais de 1990, com as primeiras teses de mestrado em História Contemporânea sobre o impacto do conflito na vida das populações raianas do Baixo Alentejo.<sup>2</sup> Destacando-se no

---

(1) Delgado, I. 1980. *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Mem Martins: Publicações Europa-América; Alves, J. F. 1981. *O Barroso e a Guerra Civil de Espanha*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre; Burgos Madroño, M. 1985. "Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936. Los informes consulares de Andalucía y Extremadura". *Estudios Regionales*, 15/16: 425-489; Oliveira, C. 1987. *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal; Mascarenhas, J. M. (coord.). 2002. *Guerra Civil de Espanha; na Memória de Barrancos*, Lisboa: Biblioteca-Museu República e Resistência (recolha de Fernando Rodrigues Ferreira de 1994).

(2) Pires, J. C. S. U. 1997. *A Memória da Guerra Civil de Espanha no Baixo Alentejo Raiano*. Mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e Candeias, M. F. 1998. *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha; Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Tese de Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras de Lisboa.

trabalho de história oral de João Carlos Urbano Pires os testemunhos de habitantes de Barrancos, Moura e Serpa (Baixo Alentejo) sobre os *fugidos* espanhóis e o campo de refugiados da Herdade da Coitadinha (Barrancos), igualmente referenciado por outros autores.<sup>3</sup> Na Radiotelevisão Portuguesa as memórias da guerra na fronteira portuguesa adquiriram visibilidade em diferentes registos audiovisuais, centrados na raia do Baixo Alentejo e de Trás-os-Montes.<sup>4</sup>

À antropóloga Paula Godinho devemos o primeiro estudo sobre a solidariedade aos *maquis* em Cambedo da Raia (na raia galaico-portuguesa) e as consequências da repressão que se abateu sobre a comunidade, através de memórias “subsumidas na forma hegemónica, ganhadora, que reescreveu a História”.<sup>5</sup> Em 2006, o antropólogo Luís Cunha comprovava no seu estudo sobre Campo Maior (Alto Alentejo) que “a guerra civil de Espanha transformou a fronteira e a vida dos portugueses que aí viviam”, bem como o efeito traumático que o acontecimento provocou na memória colectiva.<sup>6</sup> Segundo o autor o trauma acentuava o silêncio e o esquecimento, e criava “espaços vazios, apagamentos e armadilhas” que exigiam “o confronto e leituras cruzadas de testemunhos”.<sup>7</sup> A proposta metodológica de Luís Cunha serviu-me

---

(3) Espinosa Maestre, F. 1996. *La Guerra Civil en Huelva*. Diputación de Huelva; Tapada Pérez, M. 1999. *Guerra Y Posguerra en Encinasola*, Sevilla: Edición Del Autor; Barriga, P. 1999. *Campos de Concentração; o Envolvimento Português na Guerra Civil de Espanha*, Cadernos do Museu n.º 2, Barrancos: Câmara Municipal de Barrancos.

(4) 1996 – “Guerra Civil de Espanha”, programa integrado num ciclo que assinalou os 60 anos decorridos sobre o início do conflito: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/guerra-civil-de-espanha-2/>; 1999 – “Guerra Civil de Espanha. A Fronteira: Memórias”, episódio da série documental Juízo Final, com orientação científica de António Costa Pinto: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/guerra-civil-de-espanha-a-fronteira-memorias/>; 1999 – “Salazar e o triunfo do Franquismo”, episódio da série documental Crónicas do Século, com orientação científica de Fernando Rosas: <https://www.rtp.pt/programa/tv/p3933/e5>; 2000 – A raia dos medos, série ficcionada da autoria de Francisco Moita Flores sobre a Guerra Civil de Espanha vivida do lado português e vista pelos olhos dos raianos, a partir de casos reais ocorridos no Verão de 1936 na zona fronteiriça de Barrancos, Mourão e Campo Maior: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-raia-dos-medos-episodio-01/> [consultado a 10-12-2019].

(5) Godinho, P. 2004. “«Maquisards» ou «atracadores»? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946”, em *O Cambedo da Raia – Solidariedade galego-portuguesa silenciada*. Ourense: Asociación Amigos da Republica, p. 158.

(6) Cunha, L. 2006. *Memória Social em Campo Maior*. Lisboa: D. Quixote, p. 252.

(7) *Idem*, p. 253.

para confrontar as memórias de Gentil de Valadares (filho do tenente António Augusto de Seixas) com diversas fontes documentais e orais, de maneira a contextualizar os acontecimentos narrados. No trabalho publicado em 2007, com a colaboração de Francisco Espinosa Maestre, a memória, a história e a antropologia convergiram no enfoque analítico dos processos políticos e das relações de poder entre o centro e a periferia.<sup>8</sup> Nele, as estratégias de resistência dos barranquenhos e do tenente Seixas no apoio aos refugiados republicanos, silenciadas e omitidas da História, emergiram como “objecto histórico” pela sua mediatização.<sup>9</sup> Em 2008 o documentário “Los Refugiados de Barrancos” de Ángel Hernández, das Producciones Morrimer de Llerena (Badajoz), engrandeceu a solidariedade raiana, reconhecida institucionalmente com a atribuição da “Medalla de Extremadura” ao Povo de Barrancos em 2009.<sup>10</sup> Os artigos do jornalista Carlos Pessoa, do jornal *Público*<sup>11</sup> e as reportagens da jornalista Ana Luísa Rodrigues, da RTP, contribuíram igualmente para a construção da memória pública da guerra civil espanhola, no que concerne às re-

---

(8) Simões, M. D. A.. 2007. *Barrancos na Encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e Testemunhos, 1936* (prefácio de Jorge Crespo). Lisboa: Edições Colibri, com edição castelhana em 2008 pela Editora Regional de Extremadura: [http://editoraregional.gobex.es/buscar\\_libros.asp?idlibro=990](http://editoraregional.gobex.es/buscar_libros.asp?idlibro=990) [consultado a 10-12-2019].

(9) O caso de Barrancos e a acção do tenente Seixas foram amplamente divulgados por jornalistas da imprensa escrita, portuguesa e espanhola. Entre outros destaco os artigos: “Barrancos, el pueblo más ‘portuñol’”, de Alonso de la Torre no jornal *Hoy*: <https://www.hoy.es/20071021/regional/barrancos-pueblo-portuñol-20071021.html> e “Herói da guerra civil espanhola é português” de Carlos Pessoa no jornal *Público*: <https://www.publico.pt/2009/05/25/jornal/heroi-da-guerra-civil-espanhola-e-portugues-307680> [consultado a 10-12-2019].

(10) Decreto 172/2009, de 31 de julio, de concesión de la Medalla de Extremadura al pueblo de Barrancos. (2009040193), assinado pelo Presidente da Junta de Extremadura, Guillermo Fernández Vara, a 31/7/2009.

(11) Artigos de Carlos Pessoa: “Os medos da guerra civil continuam vivos”: <https://www.publico.pt/2010/06/18/jornal/os-medos-da-guerra-civil-continuam-vivos-19591143>; “Pelos caminhos da guerra civil e da memória histórica”: <https://www.publico.pt/2011/01/15/jornal/pelos-caminhos-da-guerra-civil-e-da-memoria-historica-20978660> e “Campo Maior, 1944 - A operação secreta que abalou o Alentejo”: <https://www.publico.pt/2011/04/03/jornal/campo-maior-1944---a-operacao-secreta-que-abalou-o-alentejo-21645814> [consultado a 10-12-2019].

percussões na vida dos portugueses.<sup>12</sup> Em 2011, o acolhimento aos refugiados republicanos em Barrancos mereceu o interesse da equipa de *Crónicas*, da TVE, para assinalar o 75º aniversário do conflito. As reportagens “Badajoz 1936” e “Paracuellos en la memoria” tiveram por objectivo “dos grandes matanzas en los primeros meses de la contienda con un nexo común: el sufrimiento de los inocentes”.<sup>13</sup> O “sofrimento dos inocentes” como denominador comum da violência de “ambos os bandos” perpetuava o discurso hegemónico que durante décadas ofuscou os fuzilamentos sumários, o “problema de las desapariciones forzadas en España, el robo de niños y otras barbaridades ocurridas bajo el franquismo”.<sup>14</sup>

A vasta produção bibliográfica sobre a repressão franquista, realizada a partir de uma ampla e minuciosa pesquisa de arquivos e fontes orais a nível local e regional,<sup>15</sup> e os estudos comparativos sobre as políticas de memória das ditadura ibéricas, comprova a transversalidade teórica e analítica inerente à exploração do passado.<sup>16</sup> Tendo a questão dos refugiados e exilados da guerra

---

(12) Reportagens de Ana Luísa Rodrigues: 2009 - “Barrancos, terra de refugiados espanhóis”: <http://ensina.rtp.pt/artigo/barrancos-terra-de-refugiados-espanhois/>; 2017- “A Guerra também foi nossa - Portugueses na Guerra Civil de Espanha”: [https://www.rtp.pt/noticias/pais/a-guerra-tambem-foi-nossa-portugueses-na-guerra-civil-de-espanha\\_es974065#](https://www.rtp.pt/noticias/pais/a-guerra-tambem-foi-nossa-portugueses-na-guerra-civil-de-espanha_es974065#) [consultado a 10-12-2019].

(13) TVE, *Crónicas*: <http://www.rtve.es/television/20111206/cronicas-badajoz-1936/477262.shtml> [consultado a 10-12-2019].

(14) Espinosa Maestre, F. 2015. *España 2001-2015. Lucha de Historias, Lucha de Memorias*. Sevilla: Aconcagua Libros, p. 28.

(15) Ver Viñas, A. e Blanco, J. A. 2017. *La Guerra Civil española, una visión bibliográfica*. Madrid: Marcial Pons Historia.

(16) Entre outros ver: Brito, A. B., González-Enrique, C. e Aguilar Fernández, P. (coord.). 2004, *Política da Memória. Verdade e Justiça na Transição para a Democracia*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais; Espinosa Maestre, F. 2015. *España 2001-2015. Lucha de Historias, Lucha de Memorias*. Sevilla: Aconcagua Libros; Pinto, A. C. (org.). 2013. *A sombra das ditaduras: a Europa do Sul em comparação*. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais; Loff, M., Piedade, F. e Soutelo, L. C. (coord.). 2015. *Ditaduras e Revolução – democracia e políticas da memória*, Coimbra, Almedina; Archilès, F. e Sanz, J. (coord.). 2017. *Cuarenta años y un día. Antes y después del 20-N*, Valencia, PUV.

civil espanhola despertado o interesse de jovens investigadores, portugueses e espanhóis.<sup>17</sup> No caso português estes estudos ainda não preenchem a lacuna identificada por César Oliveira, pela ausência de memórias que dialoguem e iluminem os documentos de arquivo. Maurice Halbwachs ensinou-nos que as fontes escritas não são mais autênticas do que as fontes orais, e que ambas devem ser analisadas criticamente, sendo este o critério indispensável àqueles que concebem a prática historiográfica como científica.<sup>18</sup> Em termos epistemológicos não considero que existam diferenças fundamentais entre fontes orais e escritas, considerando que tanto a memória como os documentos são socialmente construídos no presente.<sup>19</sup> Por outro lado, o diálogo com os documentos por vezes não me conduziram muito longe, enquanto na conversação com as pessoas encontrei respostas a muitas questões.

Neste texto procuro reflectir sobre as metodologias e a produção do saber, a partir de dois casos que estabelecem relações entre memórias, esquecimentos, documentos e a escrita da história. Neles confronto documentos depositados em arquivos históricos com memórias que desvendam vidas destruídas, assumindo uma posição de compromisso que não impede a adesão aos princípios do rigor, factualidade e “verdade” inerentes a qualquer tipo de trabalho científico. O compromisso nasce da certeza que o fundamento das sociedades democráticas, construídas após as ditaduras, radica no direito à verdade e à justiça.

---

(17) Entre outros ver: Velázquez Hernández, A. 2017. “Fugitivos en tránsito. El exilio republicano español a través de Portugal (1936-1950)”. *Hispania*, vol. LXXVII, nº. 257, septiembre-diciembre, pp. 857-883; Faria, F. A. 2017. “Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”. *Revista Portuguesa de História*, XLVIII, pp. 61-84; Pereira, C. H. 2017. *Refugiados da Segunda Guerra Mundial nas Caldas da Rainha (1940-1946)*, Lisboa, Edições Colibri; Lopes, M. A. A. 2017. *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-1938). O caso de Elvas*. Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Ibáñez Tarín, Margarita. 2019. “Éxodos ideológicos y cruces de fronteras en la península Ibérica. Jaime Cortesão, Jaime Rebelo y outros refugiados políticos portugueses y españoles en los años de la II República y la Guerra Civil”. *Atas del XIV Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea: Del siglo XIX al XXI. Tendencias y debates*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes pp. 1467-1479.

(18) Halbwachs, M. 2004 (1950). *A Memória Colectiva*. São Paulo: Centauro Editora.

(19) Pollak, M. 1992. “Memória e Identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, 10: 200-212.

## MEMÓRIAS DE REFÚGIO E EXILIO: O CASO DE PURIFICACIÓN ALMARZA CHAVES

España que perdimos, no nos pierdas;  
guárdanos en tu frente derrumbada,  
conserva a tu costado el hueco vivo  
de nuestra ausencia amarga  
que un día volveremos, más veloces,  
sobre la densa y poderosa espalda  
de este mar, con los brazos ondeantes  
y el latido del mar en la garganta...<sup>20</sup>

Num trabalho de investigação anterior cruzei a fronteira hispano-portuguesa para resgatar as memórias de homens e mulheres cujas narrativas da experiência contrariavam as versões institucionais da história.<sup>21</sup> No cruzamento destas memórias com documentos de diversos arquivos tentei reconstruir os contextos e as circunstâncias que conduziram à criação dos campos de refugiados em Barrancos e ao repatriamento de 1.020 pessoas afectas ao governo republicano para Tarragona.<sup>22</sup> O Arquivo Histórico Militar foi uma das principais fontes de documentação consultadas, por reunir a correspondência trocada entre o exército e as restantes forças militares destacadas na fronteira, que colmatou a ausência de informação nos arquivos da Guarda Nacional Republicana e do Comando Geral da Guarda Fiscal. Na pesquisa desenvolvida

---

(20) Pedro Garfias:

<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01349420866571275199680/ima0010.htm>. [consultado a 10-12-2019].

(21) Simões, D. 2013. *Frontera y Guerra Civil española. Dominación, resistencia y usos de la memoria*. Badajoz: Diputación Provincial de Badajoz, descarregar aqui: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/frontera-y-guerra-civil-espanola-dominacion-resistencia-y-usos-de-la-memoria/> Edição portuguesa: 2016. *A guerra de Espanha na raia luso-espanhola. Resistências, solidariedades e usos da memória*. Lisboa: Edições Colibri.

(22) Os excertos de algumas entrevistas sobre o campo de refugiados da Coitadinha em Barrancos foram reunidos neste vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=cVBq8ejgXI0> [consultado a 10-12-2019].

mereceram particular atenção as 185 páginas do Processo de Averiguações<sup>23</sup> elaborado pelo major Manuel José Marques Júnior, do Comando Militar de Beja, em resposta à nota confidencial de 8 de outubro de 1936 do Gabinete do Ministério da Guerra, que dizia:

Tendo este gabinete conhecimento que o número de refugiados espanhóis era de 613 e mencionando a PVDE nas relações de espanhóis a evacuar o número de 1.020, Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro encarrega-se de rogara a V. Ex.<sup>a</sup> se digne informar qual a razão de um tão grande número de refugiados espanhóis e quais os dias em que entraram em Portugal.<sup>24</sup>

No sentido de identificar o problema o major Marques Júnior procedeu à inquirição de quarenta e uma pessoas, militares destacados no terreno e civis residentes. No ponto 6 do relatório diz-nos que os 1.020 refugiados espanhóis concentrados em Barrancos procediam dos seguintes locais: do campo de Concentração da Coitadinha (614 pessoas); da Choça do Sardinheiro / Rusianas (299 pessoas); **com autorização do adjunto da PVDE (9 pessoas)**; encontrados pelo cabo Rato (da Guarda Fiscal) perto de Moura (13 pessoas); por pedido do Administrador do Concelho de Barrancos ao Comandante da Polícia de Beja (8 pessoas) e um refugiado de nome Faustino<sup>25</sup> que se encontrava em Moura, faltando-lhe identificar 46 pessoas que supunha serem crianças.<sup>26</sup>

---

(23) O Processo de Averiguações reúne nas 185 páginas os depoimentos de 41 inquiridos, militares e civis e um conjunto de documentos em anexo. Arquivo Histórico Militar, 1.<sup>a</sup> Divisão, 38.<sup>a</sup> Secção, Caixa 63-2. Processo de Averiguações. Ver transcrição do relatório do major Marques Júnior em Simões, D. 2016. *Obra citada*, pp. 360-368.

(24) Arquivo Histórico Militar. 1.<sup>a</sup> Divisão, 38.<sup>a</sup> Secção, Caixa 63-2.

(25) Faustino Nadal Silva, chefe da Alfandega de Rosal de la Frontera (Huelva), foi entregue no posto da PVDE de Moura a 23 de agosto de 1936, pelo comandante da secção de Safara, tenente António Augusto de Seixas. AHM, 1.<sup>a</sup> Divisão, 38.<sup>a</sup> Secção, cópia de telegramas recebidos pelo Batalhão n.º1 da Guarda Fiscal, 24 de Agosto de 1936.

(26) Arquivo Histórico Militar, 1.<sup>a</sup> Divisão, 38.<sup>a</sup> Secção, Cx. 63-2. Processo de Averiguações, p. 145.

181

Tem autorização para produzir <sup>temporariamente</sup> no "Monte das Boutinhos" os seguintes indivíduos:

- Jacinto Alvarado Portela - Veterinário - casado - 66 anos
- Estevidad Herrera Pasilla - doméstica - " - 60 "
- Apostina Alvarado Herrera - Praticante - solteiro - 34 "
- Mercedes Alvarado Herrera - doméstica - " - 32 "
- Mercedes Olaveres Vera - " - casada - 32 "
- Antonio
- Mari Sol } filhos de Mercedes Olaveres Vera
- Purificaciosa }
- Barbara Najales Olaveres - criada - solteira - 23 "

Barrancos, 23 de Outubro de 1936

O Director-geral do I. V. D. F.

Gaspar de Sá



Nos documentos anexos ao Processo de Averiguações encontrei este manuscrito assinado pelo Director Adjunto da PVDE, a autorizar a permanência de um grupo familiar de nove pessoas. A identificação do local e a data do documento, 23 de outubro de 1936, revelavam-se incompreensíveis. Por um lado, não existia nenhum “monte das Contendas” em Barrancos, mas vários montes na zona da Contenda, por outro, os refugiados partiram a 8 de outubro e este grupo familiar nunca fora citado em outras fontes nem por nenhum dos meus entrevistados. Além disso, os depoimentos dos militares e civis inquiridos pelo major Marques Júnior confirmavam a presença do capitão Gaspar Marques de Oliveira (Director Adjunto da PVDE) em Barrancos nos dias 23 e 24 de setembro, com a missão de reunir a identificação dos refugiados e contactar a polícia espanhola de Badajoz. Como sabemos, o procedimento das autoridades portuguesas obrigara o governo republicano a apresentar ao Comité de Não Intervenção de Londres uma acusação contra Portugal, denunciando a entrega de refugiados na fronteira para fuzilamentos sumários, sendo a “matança de Badajoz” o caso mais mediatizado à época.<sup>27</sup> Após a adesão de Portugal ao Comité de Não Intervenção de Londres Salazar foi forçado a reconhecer a existência de refugiados republicanos em Portugal, e o representante português na Sociedade das Nações participou pela primeira vez na subcomissão de refugiados a 3 de Setembro de 1936.<sup>28</sup> O compromisso político assumido por Salazar, somado às pressões do governo britânico e da imprensa internacional, contribuíram decisivamente para o reconhecimento do campo de refugiados da herdade da Coitadinha e para as negociações com o governo republicano conducentes ao repatriamento de todos os espanhóis detidos em diversos locais do país. A decisão de Salazar não agradou à direção da polícia política (PVDE), e na sequência das ordens emitidas de Lisboa a 24 de setembro de 1936 o capitão Gaspar Marques de Oliveira retirou-se de Barrancos na tarde do mesmo dia com os agentes da Brigada Móvel da PVDE (destacados desde 12 de agosto), depois de conferenciar com os elementos

---

(27) Ver as obras citadas de Iva Delgado, Burgos Madruñero, César Oliveira, mais Espinosa Maestre. F. 2003. *La Columna de la Muerte, El Avance del Ejército Franquista de Sevilla a Badajoz*. Barcelona: Crítica e Neves, M. 2007. *La Matanza de Badajoz*, Mérida: Editora Regional de Extremadura.

(28) Simões, D. 2016. *A guerra de Espanha na raia luso-espanhola. Resistências, solidariedades e usos da memória*. Lisboa: Edições Colibri, p. 205.

da polícia de Badajoz que se tinham deslocado à vila a seu pedido. As restantes corporações no terreno (GNR e GF) ficaram incumbidas, pelo Director da PVDE, capitão Agostinho Lourenço, da detenção e entrega dos “foragidos espanhóis” no posto da polícia política de Moura, em conformidade com as práticas anteriormente seguidas.

Em outubro de 2015 fui contactada via e-mail por uma mulher exilada no México desde 1953, que na última década acompanhou atentamente o movimento social pela recuperação da memória histórica em Espanha, bem como os artigos sobre o caso dos refugiados republicanos acolhidos em Barrancos disponíveis na internet. Na correspondência trocada entre 2015 e 2018 recebi diversas informações, que ordenei da seguinte forma:

Mi nombre es Purificación Almarza Chaves, creo ser una de las niñas recogidas en la frontera portuguesa en el verano de 1936. Recuerdo con precisión la historia que tantas veces me contó mi propia madre, yo apenas tenía poco más de un año, nosotros vivimos en la ciudad de Badajoz. (...) Él (o pai) se fue casi enseguida del alzamiento nacional a Madrid, y nunca más regresó a Badajoz, su hermano Francisco (piloto da aviação republicana) no sé si se fue a Madrid con mi padre o permaneció en Badajoz. (...) Nosotros nos quedamos en Badajoz: mi madre, mis hermanos (António de cinco anos e Marisol de dois) y yo, y una muchacha de Berlanga (Carmen de dezasseis anos) que trabajaba con mi madre en las labores de la casa y cuidaba de nosotros tres. Después mi madre tenía miedo y dejó la casa y se fue a casa de sus suegros, que también vivían en Badajoz. Con mis abuelos vivían sus hijas Agustina y Mercedes, ellas no compartían los temores de mi madre, pero cuando vieron que el peligro aumentaba decidieron salir de Badajoz, esto tuvo que ser antes del 14 de agosto, que es cuando Badajoz ya esta sitiada y la lucha es eminente. Mis abuelos, mis tías, mi madre, Carmen y nosotros tres nos guarecemos en unos paredones en el campo cerca del Guadiana, y atravesamos el río justo cuando las tropas entraron en Badajoz, esto debió de ser el 15 o 17 de Agosto, nos ayudo un cabrero de la parte española. Al presentarnos en un pueblo portugués fuimos rechazados por las autoridades de Portugal, pero el cabrero dijo que él de ninguna manera se regresaba a España, que se escondería por aquellos campos, en eso llegó un campesino portugués y dijo que él no podía permitir aquello y que nos ofrecía protección en su casa de campo que estaba cerca, allí nos dirigimos todos, éramos nueve personas, desde mi abuelo que andaba por los sesenta a mí que tenía un año, después, continuaba mi madre, llego un teniente (no recuerdo si mi madre mencionaba el nombre) nos hizo regresar con la policía

y nos permitieron quedarnos en aquella casa, creo que esperando que apareciera mi padre que aparecía en alguna lista, mi padre nunca apareció porque estaba en Madrid y tardo mucho en ponerse en contacto con nosotros. El teniente nos siguió vigilando y protegiendo, y allí permanecimos hasta que el barco portugués nos llevó a Tarragona donde nos reunimos con mi padre y pasamos con él el resto de la guerra. (...) Sé que cuando llegamos a Tarragona con el barco portugués él (tío Francisco) estaba con su hermano (mi padre). (...) Vivimos en Barcelona y Valencia los años de la guerra, una vez terminada esta, en 1939, mi padre se fue ese mismo día con rumbo desconocido, mi madre, mis hermanos y yo nos fuimos a Berlanga (Badajoz), quizás uno, dos o tres meses después, en trenes gratuitos que el gobierno de Franco puso, allí hasta donde vivía mi abuela materna (Purificación), y vivimos con ella hasta 1942. Después nos fuimos a Peñarroya-Pueblonuevo (Córdoba) donde los tres estudiamos, y en 1953 nos vinimos a México, donde vivía mi padre desde aquel lejano 1939.<sup>29</sup>

As narrativas de Purificación Almarza Chaves (Badajoz, 1935) atribuíram sentido ao manuscrito assinado pelo Director Adjunto da PVDE, documento que lhe enviei para confirmar a identificação do grupo familiar. A ratificação permitiu-me conhecer a história de um grupo familiar distinto da maioria dos refugiados, apesar dos seus membros transportarem o mesmo estigma de indesejados pela adesão aos ideais republicanos. Como referiu Purificación: “(...) nos permitieron quedarnos en aquella casa, creo que esperando que apareciera mi padre que aparecía en alguna lista. (...)”. O pai era Nicanor Almarza y Herranz (Badajoz, 1898 - México, 1968), destacado veterinário formado em parasitologia em Berlin e Moscovo, com obra publicada, membro do Partido Comunista de Espanha (PCE) e Jefe de los Servicios de Veterinaria del Instituto Provincial de Higiene de Badajoz até ao início da guerra.<sup>30</sup> A 4 de setembro de 1936 foi nomeado Director General de Ganadería y Industrias Pecuarias por decreto de Manuel Azaña,<sup>31</sup> durante a permanência de Vicente Uribe Galdeano como Ministro da Agricultura entre 4 de setembro de 1936 e

---

(29) Correspondência trocada com Purificación Almarza Chaves entre outubro de 2015 e agosto de 2018.

(30) Destituído por ordem do Governador Geral Luis Valdés, a 21 de outubro de 1936. *Boletín Oficial del Estado*. Burgos, 18 de noviembre de 1936, p. 33.

(31) *Gaceta de Madrid*. Núm. 251, 7 septiembre 1936, p. 1704.

31 de março de 1939.<sup>32</sup> A 7 de outubro de 1936 o decreto de Uribe determinou a confiscação pelo Estado das terras de todos os proprietários implicados na sublevação militar de 18 de julho, sem qualquer indemnização. As terras foram entregues a organizações de camponeses e trabalhadores agrícolas, que tinham autonomia para decidir como as cultivar, colectivamente ou de forma individual. Segundo o órgão oficial do PCE, *Mundo Obrero*, o decreto rompia “el fundamento del poder semifeudal de los grandes propietarios que, a fin de mantener sus brutales privilegios de casta y perpetuar los salarios de dos pesetas diarias y las jornadas laborales de sol a sol, han desatado la sangrienta guerra que asola España”.<sup>33</sup> No entanto, o decreto veio apenas reconhecer as lutas camponesas pelo direito à terra e ao trabalho, e as expropriações anteriormente aprovadas pelo Instituto de Reforma Agraria (IRA).<sup>34</sup> Em abril de 1938 Vicente Uribe foi o único dirigente comunista a permanecer na formação do segundo gabinete de Negrín, mantendo-se Nicanor Almarza como Director General de Ganadería y Industrias Pecuarias. Em março de 1939, após a derrota republicana, ambos engrossaram o número de exilados políticos no México,<sup>35</sup> que, como escreveu Jordi Soler,

---

(32) Vicente Uribe Galdeano (Bilbao, 1902 – Praga, 1961) dirigente do PCE nomeado ministro no governo presidido pelo socialista Francisco Largo Caballero (*Gaceta de Madrid*, 5 septiembre 1936, p. 249).

(33) Cit. em Bolloten, Burnett. 1991. *The Spanish Civil War: Revolution and Counterrevolution*, p. 86.

(34) Para o caso da reforma agrária em Badajoz ver Espinosa, Francisco. 2007. *La Primavera del Frente Popular. Los campesinos de Badajoz y el origen de la guerra civil (marzo-julio de 1936)*. Barcelona: Crítica.

(35) O presidente mexicano Lázaro Cárdenas não reconheceu o governo de Franco e acolheu mais de 25.000 refugiados espanhóis concedendo-lhes nacionalidade mexicana. A política de ajuda e colaboração ao exílio espanhol iniciada por Lázaro Cárdenas foi continuada por Ávila Camacho convertendo-se numa política de estado prolongada durante o regime franquista. Veja-se Velázquez Hernández, A. 2017. “Fugitivos en tránsito. El exilio republicano español a través de Portugal (1936-1950)”. *Hispania*, vol. LXXVII, n.º. 257, septiembre-diciembre, p. 869. Do exílio mexicano apenas 5% regressaram a Espanha depois da morte de Franco: “70 años después, refugiados de la guerra civil regresan a España”: <http://www.univision.com/contentroot/wirefeeds/50noticias/7971432.html> [consultado a 12-12-2019].

Pensaban que estaban en México de paso, que las democracias echarían al dictador y que ellos regresarían. Cuando España ingresó en la ONU (1955) comprendieron que no podrían volver y organizaron el atentado. (...) La idea resultaba muy atractiva a la izquierda internacional, además tenían dinero para financiar el complot, pero fracasó. Conservaban la imagen de la España de 1939, que no se correspondía con la realidad de la de los primeros años sesenta.<sup>36</sup>

No México Uribe formou parte do Secretariado do PCE, como dirigente máximo do Partido no exilio americano durante a Segunda Guerra Mundial, e Nicanor dedicou-se à investigação como recordou Purificación:

En el poco tiempo que nosotros convivimos con él (no México) mi padre no se trataba con nadie de los muchos políticos que aquí vivían (exilados), al parecer de mi padre ya se había separado de la Republica incluso del partido comunista. Como veterinario siempre fue bien reconocido, no así como padre. Aquí también se destacó en el ámbito laboral, trabajo cual lado del gobierno mexicano en la lucha contra la Fiebre Aftosa.<sup>37</sup>

O que ocorreu com Purificación constitui um fenómeno comum a alguns descendentes de republicanos que tendem a moderar a filiação política dos seus familiares, quando sabemos que as afinidades políticas ao PCE foram o causa dos interrogatórios em Barrancos, ao avô, Jacinto Almarza Portela, e às tias Agustina e Mercedes por “haberen colaborado con las izquierdas”, e a sua mãe para saberem o paradeiro do pai, cujo nome fazia parte da lista dos “indesejáveis” a entregar na fronteira e a fuzilar. O percurso conturbado da família e a separação no final da guerra contribuíram para Purificación desconhecer que o avô e o tio, Francisco Almarza y Herranz, foram julgados em *Consejos de Guerra* e cumpriram penas de prisão por apoiarem o governo Republicano, realidades com que se veio a confrontar no México. Mas as memórias de um passado que não passava, vivido na Espanha republicana e na Espanha franquista, criaram a necessidade imperiosa de as fixar por escrito para as gerações vindouras. *Arrancados de Raíz* é o título do livro que publicou no México, no ano 2000, resultado do trabalho desenvolvido no atelier de autobiografia, iniciado em 1998 com a professora Marcela Guijosa.

---

(36) Veja-se Soler, Jordi. 2004. *Los Rojos de Ultramar*. Barcelona: Alfaguara, e entrevista a Jordi Soler por Rosa Mora: [https://elpais.com/diario/2005/06/10/cultura/1118354406\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2005/06/10/cultura/1118354406_850215.html) [consultado a 12-12-2019].

(37) Mensagem de Purificación Almarza recebida a 23 de agosto de 2017.

Yo escribí este libro para que mis descendientes supieran porque me vine a América, de donde vine y a quien dejé en mi pueblo y en mi familia e incluso en amigos. Mi interés nunca fue político, yo por suerte o por falta de ella viví las dos zonas: las izquierdas y las derechas. Incluso, como le paso a muchos más, de alguna manera en ambas partes encontramos gentes buenas y gente que no lo eran, y también estábamos ligadas a las dos zonas familiarmente, aunque por supuesto yo con trece meses de edad no sabía ni la existencia de la palabra Guerra, ni partidos políticos, ni nada parecido. Alguien me dijo: Las guerras sacan a flote lo peor y lo mejor del ser humano. Tal vez también quise curarme yo misma.<sup>38</sup>

A historia vivida resulta sorprendente, desde a fuga da família de Badajoz para a fronteira portuguesa, a permanência em Barrancos no monte do senhor Joaquim, que segundo escreveu no livro acolheu outras famílias de refugiados, os interrogatórios dos agentes da polícia política portuguesa aos familiares, a chegada a Tarragona, as vivências em Barcelona e Valência entre os bombardeamentos de Franco e a escassez de alimentos, a partida para Berlanga (Badajoz) como porto seguro, a vida quotidiana em casa da avó materna, respeitada proprietária rural, os cerrados interrogatórios das autoridades franquistas à mãe para revelar o paradeiro do pai, o silêncio e o medo do pós-guerra que se abateu sobre os vivos, até à forçosa partida para o México e a estranheza do reencontro familiar. Neste livro a autora elegeu a avó materna e a mãe como principais personagens, como mulheres que enfrentaram as vicissitudes da guerra e do pós-guerra em defesa da sobrevivência do grupo familiar e do seu modo de vida. Como justificou Purificación:

Efectivamente fueron las protagonistas de mi vida y un maravilloso ejemplo de vida. Cuando tengo dudas en mi vida o problema siempre las recuerdo y me pregunto qué medirían ellas, y siempre encuentro en mis recuerdos comportamientos a seguir. Tal vez, incluso por ello, yo por esas experiencias entiendo a las derechas y a las izquierdas. Mi abuela que fue católica pero sin pertenecer ni a derechas ni izquierdas, tuvo que afrontar no solo una guerra, ya viuda, mayor, solo dos hijas, una viuda porque a su marido lo asesinaron los de izquierda y la otra, mi madre sola, sin saber si era casada o viuda, si volveríamos a ver a mi padre o si nunca sabríamos que fue de él, y eso por culpa de los otros, los de derechas. Y nosotros siete niños, mi hermano, el mayor de

---

(38) Mensagem de Purificación Almarza recebida a 18 agosto de 2017.

ocho años y yo la mas chica, en la misma casa, jugando y viviendo juntos, dependiendo totalmente de mi abuela. Mis primos tenían una foto de su padre, nosotras otra del nuestro. En mi casa no se hablaba de política, pero la política rondaba por todas partes. Mientras las fotos paternas observaban nuestros juegos. Nosotros, los siete nietos de Doña Pura.<sup>39</sup>

Em agosto de 2018 o Ayuntamiento de Oliva de la Frontera (Badajoz) organizou as *II Jornadas de la Historia de Oliva*, para aprofundar desde uma perspectiva histórica a temática dos “presos y refugiados del pasado y del presente”, como o caso dos refugiados republicanos nos campos de Barrancos, dos oliveros no campo de concentração nazi de Mathausen e a tragédia do Pueblo Saharaui.<sup>40</sup> O programa das jornadas completava-se com uma exposição sobre o campo de concentração franquista de Castuera (Badajoz), criado em março de 1939 para deter e humilhar os “vencidos da guerra”, com a função de antecâmara da morte até meados de março de 1940.<sup>41</sup> Na qualidade de oradora fui convidada pelos organizadores das jornadas (com quem colaboro desde a participação na Mesa Redonda “Homenaje a la Dignidad” em 2006) para apresentar a conferência “Cuando una mano mata otra acoge: los refugiados de hoy y de ayer”. A 19 de agosto enviei o programa das jornadas a Purificación Almanza que respondeu de imediato:

Acabo de ver tus noticias, me parece fabuloso, mis hijas ya están también en ello. Me dicen conseguir un avión para irme mañana a Madrid y de ahí a Badajoz en tren (el ave) dormir en Badajoz, cerca de la estación del tren y ver cómo hacerle para llegar a Oliva de la frontera al día siguiente día 22. Necesito saber cómo tendría que hacer para llegar a Oliva de la Frontera y donde quedarme eso tres días. Disculpa las molestias pero necesito estos datos con urgencia para hace el pago del avión y tenerlo ya seguro. Me dará mucho gusto concerte y dar las gracias a todas aquellas personas que nos ayudaron. Un abrazo. 19 agosto de 2018.

---

(39) *Idem*.

(40) “Jornadas de historia sobre ‘Presos y refugiados del pasado y del presente’” en Oliva de la Frontera, *Hoy*: <https://www.hoy.es/prov-badajoz/jornadas-historia-sobre-20180821001405-ntvo.html> [consultado a 12-12-2019]

(41) López Rodríguez, A. 2006. *Cruz, Bandera y Caudillo. El campo de concentración de Castuera*, Badajoz, CEDER - La Serena: <https://centrodedocumentacion.laserena.org/documentos-ap/publicaciones/Cruz-Bandera-y-Caudillo-El-Campo-Concentracion-Castuera.pdf>. [consultado a 12-12-2019].

Todo está listo. Hoy vuelo a Madrid y llegare hasta Badajoz, allí dormiré y el miércoles temprano llegare a Oliva, si te es posible mándame teléfono para comunicarme contigo. Yo ya sé quién eres tu pero tú no me reconocerás, bueno seré la mujer más vieja del grupo. En un Rato te escribiré unas palabras. Nos veremos el 22. Un abrazo. 20 de agosto de 2018.

Purificación Almarza viajou desde o México expressamente para as Jornadas de Oliva, determinada a agradecer simbolicamente a todas as mãos que a acolheram em Barrancos e aos seus familiares, no longínquo mês de agosto de 1936. A viagem desde o México também veio proporcionar o reencontro com familiares e amigos de Berlanga e de Madrid, que não abraçava há vários anos. Os organizadores das jornadas receberam-na com entusiasmo e admiração, concedendo-lhe a oportunidade de expressar publicamente o seu testemunho, que impressionou todos os presentes:

Hoy estoy aquí, como hace ochenta y dos años, pero ahora no soy perseguida, no soy un bebé. Ahora estoy emocionada por el gran privilegio de conoceros, probablemente hoy seréis hijos o nietos, o vecinos pero es igual. Hoy para mí, tenéis caras, yo era tan chiquita que no puedo recordar aquellas caras ni aquellos lugares. Solo resuenan en mis oídos las palabras de mi madre, las historias de aquellos días. Los miedos, las dudas y sobre todo el proceder de tantas personas, que sin más interés que el de ayudar ayudaron a tantas personas. Recuerdo que mi madre nos hablaba de aquel pastor que nos llevaba la leche, cuando aún dudábamos si atravesaríamos la frontera y cuando él mismo pastor nos hacía señas desde la orilla portuguesa mientras a nuestras espaldas se oían las ametralladoras... Pero hubo manos que no mataron, hubo manos y brazos que nos salvaron. Y hoy, a ochenta y dos años de distancia, me siento feliz y privilegiada de estar aquí y poderles dar las gracias de haberme ayudado (a mí, mi familia y a tantas otras personas) en aquellos momentos tan difíciles. Gracias a cada uno de ustedes y a todos los que contribuyeron a que sobrevivieramos y nos dieron la oportunidad de completar nuestras vidas. Gracias a todos y todas y a Dios que me ha dado la oportunidad de estar aquí con ustedes el día de hoy.<sup>42</sup>

---

(42) Intervenção de Purificación Almarza Chaves nas *II Jornadas de Historia de Oliva*, dos 50'20'' até 65'37'': <https://www.youtube.com/watch?v=6hJltZe-EjY> [consultado a 12-12-2019].



Nas Jornadas viveram-se momentos sensíveis, quando o público aplaudiu de pé os oliveros e todos os espanhóis presos no campo de Mathausen, e durante a homenagem aos anos de trabalho e dedicação de uma olivera ao programa “Vacaciones en Paz” acolhendo crianças e jovens saharauis. No entanto, a presença e as palavras de Purificación criaram um momento inesquecível, de afirmação e superação do passado pela homenagem prestada à solidariedade dos barranquinhos.<sup>43</sup> A presença do ex-presidente da Câmara de Barrancos, António Tereno, propiciou a concretização do desejo que a moveu, e o encontro com Tomas Caraballo, descendente de uma família de refugiados de Jerez de los Caballeros, a partilha do sensível que nos emocionou.



Purificación Almarza, Tomas Caraballo, Dulce Simões e António Pica Tereno, 22 de agosto de 2018, Oliva de la Frontera.

---

(43) “Balance de las II Jornadas sobre la Historia de Oliva de la Frontera”, por António Valero García, coordenador das jornadas e cronista Oficial de Oliva de la Frontera: <https://olivafrontera.com/balance-de-las-ii-jornadas-sobre-la-historia-de-oliva-de-la-frontera/> [consultado a 12-12-2019].

## MEMÓRIAS DE FERMÍN VELÁZQUEZ VELLARINO: UM CARABINEIRO FIEL À REPÚBLICA

En el mar de nuestra vida, ha estallado una tormenta  
Yo soy la nave que cruza, estas aguas turbulentas  
Es mi farol la esperanza, y tú el puerto que me espera  
Llegaré a ti, no lo dudes, cuando cese la marea  
En el palo bien izada mi más gallarda bandera  
Y te voy a traer el regalo, de unas ilusiones nuevas  
Que borrarán la memoria de la presente tristeza (...).<sup>44</sup>

A 13 de outubro de 1936 o jornal *Vanguardia* noticiou a chegada de 1.445 republicanos ao porto de Tarragona, estremenhos (na maioria), andaluzes e galegos que se tinham refugiado em Portugal. Do navio *Nyassa* desembarcaram os 1.020 refugiados dos campos de Barrancos, e os militares e civis detidos no Forte da Graça (Elvas – Alto Alentejo), no Forte de Caxias e São Julião da Barra (Lisboa) e em diversas cárceres da polícia política de norte a sul de Portugal. Entre o grupo de refugiados da Coitadinha encontrava-se o cabo Fermín Velásquez Vellarino,<sup>45</sup> responsável pela Defesa de Oliva de la Frontera, sua esposa Valeriana Garcia e os filhos Aurelio, Juan, Maria Grácia e Maria Antonia.



Fotos da família em Barcelona, 1938. Arquivo particular

(44) Excerto do poema “La Espera” de Fermín Velásquez, enviado a sua esposa Valeriana Garcia Macarro em 1940, quando cumpria a pena de 30 anos de prisão. Documento gentilmente cedido pela filha María Gracia Velásquez.

(45) Biografia de Fermín Velásquez (Oliva de la Frontera, 1897 – Badajoz, 1972) construída pela autora: <http://www.todoslosnombres.org/content/biografias/fermin-velazquez-vellarino> [consultado a 12-12-2019].

No início de 1970, em Badajoz, Fermín Velázquez começou a escrever as suas memórias ao ritmo do pensamento e das emoções, o que talvez explique a escassa pontuação do texto, porque o pensamento dos homens não têm pontos nem vírgulas como argumentou o escritor José Saramago.

(...) Llegó el día en que nos dijeran que Inglaterra le había pedido a Portugal que nos condujesen a la República en un barco y acompañado por otro de guerra llamados el Nyassa y el Douro à sí lo hicieran desde Mora (Moura) a que llegamos pasando a la Plaza de dos Toros en donde nos alojaron hasta el día siguiente que nos embarcaran en el tren hasta que llegamos à Lisboa y nos embarcaran en el dicho "Barco Nyassa". Ya en alto mare me vi con el Capitán Suárez Codes que con el Coronel Puigdemengolas viajaba en camarote y le entregué la lista del personal del cual yo era solamente un Jefe y con ella se presentaron a las autoridades del Gobierno de la República. Nos llevaron hacinados como presos en las Bodegas del Barco y a pesar de haberle entregado las listas de los embarcados de los dos campos de Concentración no me dijeran ni una sola frase encomiasteis y solo dijeron que le enviáramos al camarote à mis hijos y mujer, lo que no hice ya que eso lo habían hecho con ellas las autoridades de la Marina Portuguesa. Antes de embarcar me pidieron una certificación diciendo el comportamiento que había tenido con nosotros las autoridades portuguesas y lo hice en el mejor de todos los sentidos, a pesar de las frases que referí del Excmo. Sr. General.<sup>46</sup> Ya en alto mar y avistado el Peñón de Gibraltar nos salió una avioneta y empezó a evolucionar por encima de nuestro "Barco el Nyassa" como con la intención de hundirlo, pero el Barco de Guerra el "Douro" le halló por el Morse y como no se daba por enterado dicho Barco Douro empezó a levantar la Artillería Antiaérea y entonces se marchó. Más adelante en la mitad del estrecho volvió a querer atacarnos otra avioneta y le sucedió la propia que a la primera, todo pude verlo con mucho trabajo porque como digo íbamos apiñados en las Bodegas del Barco Nyassa. En el trayecto entre el Peñón y las costas Africanas nos cruzamos con otro gran Buque que venía en dirección a Cádiz cargado de personal hasta en el palo mayor; cuando estábamos para llegar à Tarragona paró el Nyassa y me dijeran no se ve artillería por la Costa y yo le dijo no ve Vd. esas Rocas pues en ellas está muy bien camuflada y en

---

(46) Nas suas memórias faz diversas referências aos comentários de um Tenente-General português com quem comunicou na qualidade de representante do grupo de refugiados da herdade da Coitadinha, como por exemplo: "(...) ya que no nos podían recibir como refugiados políticos y diciéndome el General que la victoria la tenían asegurada por las Armas Extranjeras porque nuestro Gobierno era un Gobierno de Criminosos (...)".

gran cantidad. Bueno vamos a atracar pero diga Vd. que nadie de ni un solo grito subversivo, porque de lo contrario volvemos otra vez a Portugal. El Barco seguía pardo en espera de que el Practico le diera entrada pero solo andaba de un lado para otro como con desconfianza y levantaba el Piño y como nadie le contestaba tuve dudas, hasta que ya se decidió a acercarse y se le marcaría el lugar en que debía de hacerlo y entonces fue que el sargento de Infantería Borrego hijo del que Teniente Borrego que era el Ayudante del Coronel Puig-dengolas empezó a gritar desde la cubierta del barco diciendo: Muera Portugal abajo el Fascismo, y con ello el gritaría se hizo general por lo que al sargento lo encerraron en las Bodegas como nos tenían a nosotros y quisieran volvernos para atrás. Los Marineros ya habían sido revueltos en la intentona que hubo en Portugal contra el régimen Salazarista por lo que se había confabulado con nosotros para quedarse en España lo que no les fue posible porque dos filas de un guardia Pretoriana cerraron las salidas y no podía hacerse nada más que de canto en fila de a uno. (...) Después de desembarcados fuimos recibidos por la población con gran júbilo y llevados a unos grandes comedores donde fuimos muy bien agasajados y más tarde acomodados nosotros los carabineros fuimos llevados a la Comandancia Militar de Carabineros donde después de darnos monos por el Capitán Jefe la misma salimos para la Comandancia de Carabineros en la División General y de allí paramos al 5º Regimiento pasando a las ordenes del Ministerio de la Guerra. (...)

A frente de guerra constituiu mais uma etapa na vida de refugiados movidos por um ideal político concreto, a lealdade à República, como o cabo carabineiro Fermín Velázquez que ascendeu a major do exército republicano. Manuel Méndez García ingressou na coluna Sur-Ebro (coluna anarquista que combateu na zona de Aragão), participou no processo revolucionário e na coletivização campestre, e quando as milícias se integraram no exército republicano ascendeu a comissário de Companhia.<sup>47</sup> José Silva Rodríguez foi incor-

---

(47) Manuel Méndez García (Oliva de la Frontera, 1916 – 2016), filho de trabalhadores rurais, filiou-se muito jovem na Confederação Nacional de Trabalhadores (CNT), uma das organizações com maior implantação política em Oliva. Em 1936 pertencia ao *Comité de Defensa* de Oliva, levando a cabo detenções de pessoas de direita. Após a tomada de Oliva pelas forças franquistas refugiou-se em Barrancos com os irmãos, e juntos chegaram a Tarragona. No final da guerra esteve preso em Valencia e Albacete, conheceu todo o tipo de represálias, passou fome e testemunhou o fuzilamento dos seus companheiros. Atribui a sua sobrevivência ao facto de ter sido sapateiro, profissão muito requisitada, que lhe valeu ter passado pelos Batallones Disciplinarios e trabalhado gratuitamente para o regime franquista, numa estrutura de mão-de-obra escrava. Em 1943 regressou a Oliva e como

porado na frente da Extremadura e dois dos companheiros nas milícias populares de Madrid que defenderam a capital das forças franquistas.<sup>48</sup> Antonio Martín Matamoros Pardo ofereceu-se como voluntário para a frente de guerra e desapareceu num dos primeiros confrontos com as tropas franquistas.<sup>49</sup> A família inscreveu o seu nome na extensa lista de desaparecidos que ascende a mais de 114.199 pessoas, segundo os números recolhidos pelas associações de recuperação da memória histórica enviados ao juiz Baltazar Garzón a 22

---

Manuel Méndez García (Oliva de la Frontera, 1916 – 2016), filho de trabalhadores rurais, filiou-se muito jovem na Confederação Nacional de Trabalhadores (CNT), uma das organizações com maior implantação política em Oliva. Em 1936 pertencia ao *Comité de Defensa* de Oliva, levando a cabo detenções de pessoas de direita. Após a tomada de Oliva pelas forças franquistas refugiou-se em Barrancos com os irmãos, e juntos chegaram a Tarragona. No final da guerra esteve preso em Valencia e Albacete, conheceu todo o tipo de represálias, passou fome e testemunhou o fuzilamento dos seus companheiros. Atribui a sua sobrevivência ao facto de ter sido sapateiro, profissão muito requisitada, que lhe valeu ter passado pelos Batallones Disciplinarios e trabalhado gratuitamente para o regime franquista, numa estrutura de mão-de-obra escrava. Em 1943 regressou a Oliva e como não conseguiu arranjar trabalho estabeleceu-se com uma pequena taberna e dedicou-se ao contrabando com os vizinhos portugueses de Barrancos. Casou em 1944 e teve três filhos, mas nada o impediu de participar na resistência clandestina ao regime, sob a máscara da submissão. Quando o conheci em 2006 vivia apoiado pelos familiares, partilhando a rotina dos dias com os amigos do Centro de Jubilados. Na qualidade de resistente republicano era frequentemente requisitado por jornalistas e investigadores, espanhóis e portugueses, a quem respondia com uma imensa simpatia.

(48) José Silva Rodríguez (Barcarrota, 1916), filho de trabalhadores rurais, ingressou aos dezoito anos nas Juventudes Comunistas de Barcarrota. Após a tomada da sua vila pelos sublevados, juntamente com um grupo de companheiros, dirigiu-se a Oliva de la Frontera sem a intenção de refugiar-se em Portugal. O objectivo era passarem para o outro lado das linhas militares nacionalistas e chegarem a território republicano. No entanto, o contrabandista que os ia acompanhar no percurso recusou-se, por considerar a viagem arriscada, e a fronteira portuguesa apresentou-se como o único recurso de sobrevivência para este grupo de jovens comunistas.

(49) Antonio Martín Matamoros (Oliva de la Frontera, 1891- (?)), filho de trabalhadores rurais, casou em 1918 com Maria Gracia León Galván, natural da mesma localidade e tiveram seis filhos. Durante vários anos trabalhou nas minas de Aguablanca e posteriormente na herdade de Juan Pacheco. Segundo as memórias da neta, nas eleições de Fevereiro de 1936 o patrão pediu-lhe o seu voto, mas Antonio recusou e foi despedido, ficando desempregado. O irmão Andrés, que tinha boas relações no Ayuntamiento, conseguiu-lhe trabalho como cobrador municipal e no início do conflito foi integrado nos comités de defesa, colaborando no levantamento de todas as casas de vizinhos conotados com a direita. Após a ocupação da vila António Martín refugiou-se em Barrancos e embarcou no Niassa rumo a Tarragona. A mulher e os filhos permaneceram em Oliva e não foram vítima de represálias.

de Setembro de 2008, para figurarem no “Auto de instrução pelas vítimas da guerra civil de Espanha” (Proc. Ordinário 53/2008, de 18 de Novembro de 2008).<sup>50</sup> No final da guerra, os que sobreviveram às penas de morte, à violência das cárceres e aos trabalhos forçados nos campos de concentração franquistas, como Rafael Caraballo, Manuel Méndez, Fermín Velázquez e José Silva Rodríguez, entre outros, regressaram às suas povoações com as vidas suspensas, subjugados pela justiça dos vencedores. O franquismo negou-lhes o direito à cidadania, confiscou-lhes os bens, condenou-os à humilhação e à marginalização social, perante a indiferença da comunidade internacional. Manuela Martín e os seus familiares acolhidos na herdade das Russianas pelo tenente Seixas reconstruíram as suas vidas no exílio em França, e não regressaram a Espanha.<sup>51</sup>

As memórias destes homens e mulheres foram resgatadas por diversos investigadores, editadas em DVD, como no caso de Manuel Méndez e Rafael Caraballo,<sup>52</sup> *para que se sepa*, como afirmava Manuela Martín na entrevista a Gabrielle García.<sup>53</sup> Diversos testemunhos escritos foram produzidos em diferentes momentos das suas vidas, por necessidade de fixarem a sua versão da história vivida, e com ela fizeram chegar até nós imagens de realidades impossíveis de serem pensadas.<sup>54</sup>

---

(50) “El derecho a la verdad y la obligación de investigar: el “caso Garzón” y las víctimas del franquismo en el Tribunal Supremo”: <http://memoriahistorica.org.es/2-el-derecho-a-la-verdad-y-la-obligacion-de-investigar-el-caso-garzon-y-las-victimas-del-franquismo-en-el-tribunal-supremo/> [consultado em 12-12-2019].

(51) Manuela Martín (Villanueva del Fresno, 1918 - Rennes, 2008), filha do proprietário de uma padaria e de uma costureira que perfilhavam os ideais republicanos, abandonou a sua casa a 28 de Agosto de 1936 quando as tropas sublevadas ocuparam Villanueva. Com os pais e seis irmãos iniciou um percurso pela sobrevivência que a conduziu à fronteira de Barrancos. Para trás ficaram os bens e a mesa posta para o pequeno almoço da família que não regressou a Espanha.

(52) Olmero Alonso, Ángel e Izquierdo Izquierdo, Joxe 2000. *Espacios, Lugares y Personas de la Guerra civil en la Provincia de Badajoz*. DVD de la Diputación de Badajoz.

(53) García, Gabrielle e Matas, Isabelle, 2005. *La Mémoire Retrouvée des Républicains Espagnols*. Rennes: Éditions Ouest France, Écrits Société.

(54) José Silva Rodríguez escreveu *Recuerdos e Impresiones de mi militancia política*, texto gentilmente cedido por José Hinojosa Durán, membro do Grupo de Estudios sobre la Historia Contemporánea de Extremadura (GEHCEX).

Fermín Velázquez deixou-nos as suas memórias (ainda por publicar) nas páginas soltas de um velho livro de contabilidade, com a maior parte do texto escrito nas páginas do “Haver”. Na singularidade e fragilidade das suas palavras encontramos uma forma distinta de contar a história de vidas destruídas e aviltadas pela repressão franquista. Fermín Velázquez morreu em Badajoz aos 75 anos de idade, no modesto apartamento que partilhava com a filha e o genro, sem reconhecimento, na esperança de recuperar os seus direitos, violentamente usurpados pelo golpe militar e a ditadura de quarenta anos. Aos filhos transmitiu a ilusão de *cuando entre el rey voy a tener todos mi derechos*, mas a morte de Franco em Novembro de 1975 e a instauração da “Monarquia de 18 de Julho” de Juan Carlos de Bourbon não significou o fim do Franquismo, considerando que tudo ficou “atado e bem atado” e o ajuste de contas com o passado, levando os responsáveis do regime aos tribunais, “não fez parte da agenda política”.<sup>55</sup> Numa sociedade de vencedores e vencidos, os dirigentes políticos optaram por uma transição amnésica por recearem outra guerra civil, “o que prova que a sua memória, ainda que subterraneamente, estava bem viva”.<sup>56</sup>

## CONCLUSÕES INCONCLUSIVAS

Como já referi em trabalhos anteriores, o apoio incondicional de Salazar ao golpe militar de 18 de julho e ao “plano de extermínio” de Franco encontrou redenção nesse gesto humanitário de repatriamento dos refugiados republicanos para Tarragona, que culminou com o corte de relações diplomáticas com o governo republicano. A cumplicidade das autoridades portuguesas na “matança de Badajoz”, em agosto de 1936, amplamente divulgada na imprensa internacional da época, ofuscou milhares de entregas na fronteira para fuzilamentos sumários nos lugares mais recônditos de Espanha. Os dados do Ministério da Justiça espanhol de 2011 refletem essa realidade, com as 120.000 vítimas exumadas em 2.591 fossas comuns encontradas em todo o território

---

(55) Ysàs, P. 2015. “ Memória e Silêncio. A esquerda espanhola durante a transição”, em M. Loff, F. Piedade e L. C. Soutelo (coord.), *Ditaduras e Revolução – democracia e políticas da memória*, Coimbra, Almedina, p. 342.

(56) Traverso, E. 2012. *O passado, modos de usar. História, memória e política*, Edições Unipop, p. 67.

nacional.<sup>57</sup> A partir da década de 1980 as políticas da memória a nível local preencheram a ausência das políticas públicas, com homenagens que recordavam às comunidades a brutal ocupação das suas vilas e aldeias pelas forças de Franco em 1936.<sup>58</sup> A construção da memória pública do Franquismo durante a transição para a democracia forjou-se no mito da reconciliação nacional, e instaurou o vazio ético que justificou o surgimento do movimento social pela recuperação da memória histórica.<sup>59</sup> A memória antifranquista foi inscrita no espaço público em memoriais, exposições, publicações, filmes, substituição da toponímia, mapeamento de fossas comuns e exumações dos restos mortais de milhares de republicanos fuzilados.<sup>60</sup> Uma vasta produção historiográfica, antropológica e sociológica acompanhou o movimento social e atribuiu visibilidade às memórias dos vencidos, aos presídios e campos de concentração franquistas, ao exílio republicano e aos desaparecidos do “holocausto espanhol”.<sup>61</sup> Estes crimes fazem hoje parte da extensa lista de crimes contra a humanidade e transformaram-se num intenso campo de lutas pela superação do passado.

---

(57) “Información sobre el mapa de fosas”: [https://mapadefosas.mjusticia.es/exovi\\_externo/CargarInformacion.htm](https://mapadefosas.mjusticia.es/exovi_externo/CargarInformacion.htm) [consultado em 12-12-2019].

(58) A 21 de setembro de 1980 o município de Oliva de la Frontera (Badajoz) trasladou de uma fossa comum para um memorial no cemitério os seus fuzilados, inscrevendo na alvura da pedra: “Aquí reposan los restos de los oliveros que fueran muertos por sus ideales en la guerra civil española (1936-1939)”.

(59) As associações de recuperação da memória histórica foram criadas a nível regional a partir do ano 2000, por familiares das vítimas da repressão franquista, advogados e investigadores de diversas áreas do conhecimento: <https://memoriahistorica.org.es/que-es-la-asociacion-para-la-recuperacion-de-la-memoria-historica-armh-2000-2012/> [consultado a 12-12-2018]. Entre 2000 e 2018 procederam à abertura de 740 fossas comuns e exumaram os corpos de mais de 9.000 pessoas fuziladas, a pedido dos familiares. Os dados de 2011, disponibilizados pelo Ministério da Justiça espanhol, apontam para a existência de 2.591 fossas comuns e 120.000 pessoas fuziladas, Disponível em: [https://mapadefosas.mjusticia.es/exovi\\_externo/CargarInformacion.htm](https://mapadefosas.mjusticia.es/exovi_externo/CargarInformacion.htm) [consultado a 12-12-2019].

(60) Exumações realizadas ao abrigo da Ley de la Memoria Histórica a partir de 2007. Ley 52/2007, de 26 de diciembre, “por la que se reconocen y amplían derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la guerra civil y la dictadura”. Esta Lei representou uma tentativa de reparação e dignificação das vítimas da repressão franquista como princípio democrático, mas primou pela ausência de processos judiciais aos responsáveis do regime franquista: <https://www.boe.es/boe/dias/2007/12/27/pdfs/A53410-53416.pdf> [consultado em 12-12-2019].

(61) Preston, P. 2011. *El holocausto español: Odio y exterminio en la Guerra Civil y después*. Barcelona: Debate.



As memórias da guerra estão incorporadas nos grupos familiares e os seus membros tentam resgatar delas algum sentido para as suas vidas, *para que se sepa*. Aos investigadores compete desenvolver o maior acervo de informações documentais e orais, que permitam estabelecer as diferenças entre as versões do passado que emanam de interesses políticos e rememorativos dos Estados e instituições, das versões subterradas que desvendam crimes contra a humanidade e vidas destruídas. Cientes que as lutas pela memória são lutas pelo futuro, que não terminam com o reconhecimento público dos resistentes antifranquistas nem no momento da reparação das vítimas, mas possibilitam o conhecimento de passados terríficos e a construção de sociedades mais justas.